

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Crítica

Class.: 742

Data: 27.08.88

Pg.: _____

Surto de doenças causa a morte de 25 Ianomami



A Delegacia Regional da Funai está desenvolvendo uma operação emergencial nas áreas habitadas por índios Ianomamis tentando controlar um surto de doenças endêmicas que atingiu 100 por cento da população indígena em todo Território de Roraima, segundo os técnicos do órgão, que estão percorrendo as matas desde o início de maio, a incidência é tão grande que já causou a morte de pelo menos 25 Ianomamis. Os índios foram contaminados com malária, sarampo e intoxicação generalizada e a conclusão de médicos é que o homem branco tenha sido o principal transmissor, porque as doenças só aparecem depois da chegada de garimpeiros às regiões indígenas.

O registro de casos mais graves foi obtido, através de informações passadas por garimpeiros, na região de Tucuxim. Segundo o delegado da Funai, Raimundo Nonato, vem morrendo um índio quase que todos os dias, atacados por malária e intoxicação, decorrente da água contaminada dos garimpos mais próximos. O plano emergencial da Fundação Nacional do Índio já conseguiu aplicar 1.162 doses de vacinas do calendário básico — DPT, Sabin, anti-sarampo, BCG e antitetânica, mas não foi possível ainda erradicar completamente o surto. As áreas visitadas até o momento pelos médicos do órgão foram: Erico, Baixo Mucajai, Auaris, Olomai, Ukais e Polimiu.

Causas — O delegado Raimundo Nonato não tem dúvida de que a presença do homem branco nas áreas habitadas pelos índios Ianomamis seja, atualmente, o principal motivo de tantos problemas. "Há três anos não convivíamos com tanta desgraça", disse ele revelando sua preocupação por causa da expansão de casos de doenças transmissíveis nas tribos.

Antigamente, a Funai tinha facilidade em controlar qualquer surto, segundo explicou o delegado, mas hoje é impossível. A proliferação de doenças como a malária é rápida demais e as condições desfavoráveis de acesso nos deixam privados de qualquer ação.

Um técnico da Funai, esclareceu que na localidade de Tucuxi, próximo do garimpo do Paupiu, a pista não dá condições de pouso, onde tem semanas

que chega a morrer um índio por dia, sem nenhuma assistência médica. "Antes o índio era contaminado, em pequeno número de casos, na época do inverno, pois a malária é uma doença cíclica. Hoje, são inúmeros casos e de doenças diferentes jamais vistas entre eles".

Apesar das dificuldades, a Funai continuará vacinando a população indígena Ianomami, em torno de 8 mil índios. Depois será a vez de outras áreas, como a Mucuxi, habitante do lavrado. Os recursos são oriundos de programas especiais do projeto Calha-Norte.

Sem conflitos — Se por um lado a doença provoca a morte de vários índios, por outro, não foi registrado nenhum desmembramento com garimpeiros nas regiões do ouro. Nas últimas semanas, segundo confirmou Raimundo Nonato mais de mil homens abandonaram os garimpos de forma espontânea. Ele alegam, conforme revela Nonato, falta de condições de trabalho por causa do inverno, e pelas pressões decorrentes de batidas da Polícia Militar na área, depois que foi aumentado o efetivo a fim de impedir novas entradas. O último conflito aconteceu no início de maio quando foi morta uma criança Ianomami e seu pai ficou baleado com tiros de revólver disparados por garimpeiros.

O delegado explicou ainda que a saída dos exploradores de ouro faz parte de um programa paulatino de evacuação, posto em prática há dois meses. "Com investidas nas pistas clandestinas, rigorosa fiscalização em aeronaves que decolam do aeroporto de Boa Vista e a proibição de novos lançamentos, estamos fechando o abandono do garimpeiro pela lava. Somente com áreas vazias é como poderemos executar os projetos de demarcação das terras indígenas. Depois disso, cabe ao poder central decidir sobre o futuro dos garimpeiros", ressalva Nonato.

Proibição — Ontem, também, como parte de um programa dimensional de acompanhamento efetivo da vida do índio, a Funai distribuiu nota proibindo terminantemente a prática de atividades religiosas em áreas indígenas sem autorização expressa e por escrito da Delegacia Regional.